



6º Encontro Internacional de Política Social
13º Encontro Nacional de Política Social
Tema: Duzentos anos depois: a atualidade de Karl
Marx para pensar a crise do capitalismo
Vitória (ES, Brasil), 4 a 7 de junho de 2018

Eixo: Educação e política social.

A Base Nacional Comum Curricular – (BNCC) e a alfabetização de crianças
The National Curricular Common Base and
children's literacy

Adalgiza Gonçalves Gobbi¹
Camila de Oliveira Fonseca Ribeiro²
Fernanda Zanetti Becalli³

O presente trabalho integra parte dos estudos em desenvolvimento na linha de pesquisa Formação de Professores, do Curso de Mestrado Profissional em Ensino de Humanidades, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo. Trata-se de uma pesquisa qualitativa de cunho documental que tem por objetivo realizar, sob o olhar da pedagogia histórico-crítica e da psicologia histórico-cultural, uma análise crítica acerca das premissas para a alfabetização de crianças, materializadas na Base Nacional Comum Curricular – BNCC, bem como das posições ideológicas presentes neste documento e no contexto político, social e histórico e em que ele foi produzido. A escolha deste documento se deu por entendermos, de acordo com o artigo 6º da Constituição Federal⁴, ser a educação uma política social de direito por ser recorrente a tentativa de se construir uma base nacional comum que embase o currículo da educação básica brasileira (haja vista os diversos movimentos presentes na história da educação brasileira, movimentos estes que se prendem aos contextos históricos de suas épocas), e frente ao atual processo de implementação de uma nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC), consideramos necessária uma leitura crítica deste novo documento,

¹ Mestranda em Ensino de Humanidades na linha de formação de professores pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo – IFES. E-mail: <adalgizagobbi@gmail.com>.

² Mestranda em Ensino de Humanidades na linha de formação de professores pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo – IFES. E-mail: <milarib_2005@hotmail.com>.

³ Doutora em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo; Professora do Programa de Pós-graduação em ensino de Humanidades pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo – IFES. Email: <fernanda.becalli@ifes.edu.br>.

⁴ De acordo com o artigo 6º da Constituição Federal brasileira, são direitos sociais “a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (BRASIL, 1988).

focando, mais especificamente, nas concepções de alfabetização presentes no mesmo. Partimos do pressuposto de que o processo de alfabetização deve ser mediado de forma comprometida com o desenvolvimento de seres humanos críticos, emancipados e formados em sua totalidade. Seres sociais que construam conhecimentos a partir da realidade na qual se inserem e que busquem as possibilidades de ressignificação da mesma, entendendo os fenômenos como sínteses de múltiplas determinações. Para tanto, é mister tomarmos como método de análise desta realidade o materialismo histórico dialético e as teorias pedagógicas e psicológicas que se baseiem no mesmo.

Para balizar nossa discussão acerca da educação escolar e da alfabetização de crianças, nos ancoramos nas produções de Vigotski (2000a, 2000b), Bakhtin (2006) Saviani (1997, 2013), Gontijo (2002, 2014), tendo em vista fortalecer nossa compreensão sobre estes processos formativos. Acreditamos que as mediações necessárias para a apropriação da escrita pela criança devem despertar nas mesmas a criticidade e a criatividade, sendo a escola – enquanto ambiente propício para aprendizagem – e o professor – enquanto mediador – responsáveis pela organização das ações intencionais a serem realizadas objetivando o desenvolver de um ser humano que alcance suas máximas possibilidades de desenvolvimento, dentro de suas condições objetivas de vida.

Tendo estas premissas como base de nossa discussão, pretendemos construir uma análise crítica das dimensões do conceito de alfabetização privilegiadas na BNCC, entendendo que a estruturação de uma base curricular comum possui sua importância se a mesma ambicionar conceder aos educandos acesso aos conhecimentos historicamente produzidos pela humanidade, o que não poderá ocorrer caso sua proposta esteja pautada somente no atendimento à lógica mercantil das avaliações em larga escala que visam melhorar “índices de desempenho” em detrimento à oferta de uma formação omnilateral do indivíduo (GONTIJO, 2015).

Palavras-chave: BNCC; Alfabetização; Pedagogia histórico-crítica; Psicologia histórico-cultural.

Keywords: BNCC; Literacy; Historical-critical pedagogy; Historical-cultural psychology.

Referências

BAKHTIN, M. M.; VOLOCHÍNOV. **Marxismo e filosofia da linguagem:** problemas fundamentais do método sociológico da linguagem. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.
BRASIL. **Constituição Federal de 1988.** Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 3 mar. 2018.

GONTIJO, C. M. M. **A escrita infantil**. São Paulo: Cortez, 2008.

GONTIJO, C. M. M. **Alfabetização**: políticas mundiais e movimentos nacionais. Campinas: Autores Associados, 2014.

GONTIJO, C. M. M. Base Nacional Comum Curricular (BNCC): comentários críticos. **Revista Brasileira de Alfabetização - ABAlf**, Vitória, n. 2, p. 174-190. jul./dez. 2015.

GONTIJO, C. M. M. **O processo de alfabetização**: novas contribuições. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

SAVIANI, D. **A nova lei de educação**: trajetória, limites e perspectivas. Campinas: Autores Associados, 1997.

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2014.

VYGOTSKI, L.S. **Obras escogidas**. Tomo I. Madrid: Visor, 2000a.

VYGOTSKI, L.S. **Obras escogidas**. Tomo III. Madrid: Visor, 2000b.